



DIRETORIA LEGISLATIVA
SeATA
LEGISLATURA 2021 A 2024

APROVADA PELO PLENÁRIO EM 10/12/2024

Reunião Ordinária do dia 9 de dezembro de 2024
Presidente: vereador **Caio André** Pinheiro de Oliveira
Secretário-Geral: vereador **João Carlos** dos Santos Mello

No dia nove de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quinze minutos, realizou-se a sessão **ordinária** da Câmara Municipal de Manaus, no plenário Adriano Jorge, em sua sede própria, na rua Padre Agostinho Caballero Martin, n. 850, São Raimundo, nesta Capital, Estado do Amazonas, presidida pelo vereador **Caio André** Pinheiro de Oliveira, do **União Brasil**; e, eventualmente, pela vereadora Carmem **Glória** Almeida **Carratte**, do **Partido Socialista Brasileiro (PSB)**; tendo esta última, também secretariado os trabalhos juntamente com o vereador **João Carlos** dos Santos Mello, do **Republicanos**. **PRESENTES**, ainda, os vereadores **Allan Campelo** da Silva e **Yomara** Jesuína Lins Rodrigues, do **Podemos**; Francisco **Carpegiane** Veras de **Andrade**, **Raiff Matos** Silva Vasconcelos e **Marcel Alexandre** da Silva, do **Partido Liberal (PL)**; **Cícero** Custódio da **Silva**, do **Partido dos Trabalhadores (PT)**; **Diego Roberto Afonso**, **Éverton Assis** dos Santos e Maria **Jacqueline** Coelho Pinheiro, do **União Brasil**; **David Valente Reis**, **Gilmar** de Oliveira **Nascimento**, Manoel **Eduardo** dos Santos **Assis**, **Eduardo** Assunção **Alfaia** e **Joelson Sales Silva**, do **Avante**; **Dione Carvalho** dos Santos, **Rosinaldo** Ferreira da Silva e **Alonso Oliveira** de Souza, do **Agir**; **Ivo Santos da Silva Neto**, do **Partido da Mulher Brasileira (PMB)**; **Márcio** José Maia **Tavares** e **Roberto Sabino** Rodrigues, do **Republicanos**; **François** Vieira da Silva Matos e **Samuel** da Costa Monteiro, do **Partido Social Democrata (PSD)**; Luís Augusto **Mitoso** Júnior, **Isaac Tayah**, João **Kennedy** de Lima **Marques** e **Robson** da Silva Teixeira, do **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)**; **Marcelo** Augusto da Eira Corrêa e **Elissandro Amorim Bessa**, do **Partido Socialista Brasileiro (PSB)**; **Elan** Martins de **Alencar** e **Wallace** Fernandes de **Oliveira**, do **Democracia Cristã (DC)**; **Rodrigo Guedes** Oliveira de Araújo e **Lissandro Breval** Santiago, do **Progressistas (PP)**; **William** Robert Lauschner, do **Cidadania**; e **Thaysa Lippy** Silva de Souza, do **Partido da Renovação Democrática (PRD)**. **JUSTIFICADA** a ausência dos vereadores **Daniel** Amaral **Vasconcelos**, do **Republicanos**; **Jaildo** de **Oliveira** Silva, do **PV**; **Jander** de Melo **Lobato**, do **PSD**; e **Rosivaldo** Oliveira **Cordovil**, do **PSDB**. **Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus**, o Presidente **declarou** aberta a reunião e convidou os presentes para acompanhar a execução do Hino Nacional Brasileiro. Na **sequência**, a secretária, vereadora **Glória Carratte**, leu a Ata da sessão ordinária do dia quatro de novembro do ano em curso. O **Presidente** cumprimentou a todos e desejou uma excelente semana, informou que os trabalhos no plenário se estenderiam até sexta-feira e parabenizou os torcedores do Botafogo de Futebol e Regatas pela conquista do Campeonato Brasileiro Série A, após vinte e

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
Manaus – AM / CEP: 69027-020
Tel.: 3303-xxxx
www.cmm.am.gov.br





nove anos, ocorrido no último final de semana. Em **Questão de Ordem**, o vereador **Raiff Matos** enalteceu o Botafogo, pela conquista dos títulos da Libertadores e do Campeonato Brasileiro 2024, parabenizando todos os manauaras botafoguenses. Em **seguida**, o **Presidente** passou os trabalhos para o **PEQUENO EXPEDIENTE**, destacando os vereadores inscritos e convidando a vereadora Glória Carratte para assumir a presidência dos trabalhos. O **primeiro orador**, vereador **Caio André**, destacou a votação que seria realizada, no dia em curso, referente aos Projetos de Leis n. 467/2024 e n. 468/2024, ambos de autoria da Mesa Diretora, reafirmando aos profissionais da imprensa que divulgavam os trabalhos da Casa, bem como, a todos que acompanhavam a sessão pela TV Câmara, Rádio Câmara e pelas mídias sociais, que seriam iniciadas, no corrente dia, as discussões e votações em relação aos reajustes salariais dos vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito, secretários e subsecretários, contestando as informações divulgadas pelo jornalismo sem compromisso com a verdade de que as supracitadas matérias haviam sido aprovadas e que, no dia em curso, seria a votação final. O parlamentar reafirmou a premissa de que a Câmara Municipal de Manaus tinha o dever e a obrigação de fixar os mencionados salários no último ano da legislatura, de acordo com os artigos 30 e 32 da Lei Orgânica do Município de Manaus – Loman, em conformidade com a Constituição Federal. Prosseguindo, chamou a atenção para a possibilidade, no Projeto de Lei, de os vereadores que não se sentissem à vontade com o aumento salarial para a próxima legislatura optarem por permanecer com os proventos atuais, pontuando que aquele que votasse contra o projeto de reajuste salarial estaria votando para não receber nenhum salário nos próximos quatro anos. Concluindo o seu discurso, pontuou, novamente, a legislação vigente sobre os reajustes e salientou que não cabia a ele ou a qualquer um dos quarenta vereadores escolher o valor do salário e o que fosse contrário, poderia abdicar do aumento formalmente, de acordo com o parágrafo único do artigo 1.º do citado projeto. O vereador **Caio André reassumiu** a presidência dos trabalhos. O **segundo orador**, vereador **Sassá da Construção Civil**, criticou a concessionária Amazonas Energia pelo descaso com a população da cidade de Manaus e se manifestou, em seguida, sobre a decisão da Justiça Federal, de inconstitucionalidade da lei municipal que impedia a instalação de medidores aéreos em Manaus, proferida pelo juiz Ricardo Sales, no dia vinte e dois de novembro do corrente ano, da 3.ª Vara Federal Cível. Finalizando, o orador parabenizou os senadores Omar Aziz e Eduardo Braga, bem como, os deputados federais e ministros, por terem assegurado judicialmente os direitos trabalhistas e a readmissão dos servidores da supracitada concessionária, que foram exonerados na época em que esta foi impedida de instalar os aparelhos. O **terceiro orador**, vereador **Gilmar Nascimento**, discorreu sobre a obrigatoriedade de todas as Casas Executivas e Legislativas do Brasil fixarem os subsídios no final de cada legislatura, para vigerem na sucessiva. Continuando, explicou a aplicabilidade da lei que fixava os subsídios, com tempo de vigência temporário de quatro anos, lembrando que os subsídios foram regulados na última legislatura, por meio da Lei n. 481, de 21 de dezembro de dois mil e vinte. Em seguida, diante do exposto, o orador fez uma comparação do ranking de salários de prefeitos de dez capitais brasileiras com o

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
Manaus – AM / CEP: 69027-020
Tel.: 3303-xxxx
www.cmm.am.gov.br



salário atual do Prefeito de Manaus, ressaltando que, assim como a Câmara de Manaus, todas as Câmaras Municipais do país estavam atualizando o aumento nos subsídios dos vereadores, prefeito, secretários e subsecretários, tendo explicado, novamente, que era obrigação da Casa reajustar e fixar os salários das autoridades políticas. Encerrando a sua fala, reportou-se ao assunto abordado pelo seu antecessor, sobre a instalação de medidores aéreos em Manaus, salientando que a concessionária deveria repensar a medida, face aos problemas de poluição visual na cidade e insegurança da população, pelo emaranhado de cabos elétricos. O **quarto orador**, vereador **Rodrigo Guedes**, reiterou as palavras do Presidente Caio André quanto à fixação dos subsídios dos vereadores, por meio do artigo 32, da Loman, em setenta e cinco por cento, e informou que apresentou duas emendas de alteração; uma, ao Projeto de Lei n. 467/2024; e a outra, ao Projeto de Lei n. 468/2024, declarando que ambas foram rejeitadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com a justificativa de que alterações só poderiam ser feitas na Loman ou no Regimento Interno e não ao projeto de lei. Ele realizou a leitura dos artigos 2.º e 6.º e parágrafo único do artigo 3.º do Projeto de Lei n. 370/2020 e esclareceu que a fixação das regras para a percepção do subsídio dos vereadores da próxima legislatura no referido projeto, de autoria da Mesa Diretora, inclusive, com o parecer da Procuradoria, da COM02 e COM03, e por unanimidade do Plenário, tinha a mesma natureza das suas emendas, alegando que tentou estabelecer critérios para a percepção do subsídio, como havia sido feito pela legislatura anterior, na última sessão do ano, contudo, quando as proposições feriam os interesses da COM02 eram rejeitadas. Concluindo o seu pronunciamento, afirmou, novamente, que concordava com a fala do Presidente Caio André e contestou a decisão da COM02, frisando que não cabia à citada comissão discutir méritos, no caso dos subsídios do Prefeito, secretários e subsecretários, e sim, ao Plenário. O **Presidente** declarou que concordava com vários itens que o vereador apontou ao projeto, por meio das emendas apresentadas, no entanto, a COM02 havia entendido que eram inconstitucionais, motivo pelo qual, receberam pareceres contrários. O **quinto orador**, vereador **Lissandro Breval**, falou sobre a audiência pública realizada no seio das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e de Finanças, Economia e Orçamento, para tratar a respeito dos Projetos de Leis n. 447/2024, referente à Lei Orçamentária Anual – LOA e n. 448/2024, referente ao Plano Plurianual – PPA, tendo informado que, durante a audiência, a Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno – Semef apontou um aumento na arrecadação de quase setecentos e oitenta e nove milhões, tendo em vista que o orçamento do corrente ano foi de nove bilhões e oitenta e oito milhões, e para o ano seguinte, seria de dez bilhões de reais. Por último, o parlamentar disse que solicitou a redistribuição dos valores para outras áreas, como a de saneamento e a de agricultura, em razão de que a maior parcela do orçamento seria encaminhada à saúde, à educação e à segurança. **Pela Ordem**, pediram preferências os seguintes vereadores: **William Alemão**, ao Requerimento n. 16.624/2024; **Isaac Tayah**, à Moção 399/2024; e **Capitão Carpê**, ao Requerimento n.16.687/2024. O **Presidente** passou os trabalhos para a **ORDEM DO DIA**. Na

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
Manaus – AM / CEP: 69027-020
Tel.: 3303-xxxx
www.cmm.am.gov.br



PAUTA, foi mantido o **Veto Total** n. **025/2024**, de autoria do **Executivo Municipal**, **capeado** pela **Mensagem** n. **072/2024**, ao **Projeto de Lei** n. **435/2023**, de autoria do vereador **Allan Campelo**, que “**Dispõe** sobre a política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade, atendidas pela rede pública de saúde, com a utilização do contraceptivo reversível de longa duração de etonogestrel, e dá outras providências”. Foi **mantido** o **Veto Total** n. **028/2024**, de autoria do **Executivo Municipal**, **capeado** pela **Mensagem** n. **075/2024**, ao **Projeto de Lei** n. **128/2022**, de autoria do vereador **Allan Campelo**, que “**Dispõe** sobre a obrigatoriedade de representantes de instituições financeiras tratarem sobre a Lei do Superendividamento antes de firmar contrato bancário, e dá outras providências”. **Discutiu** o **Veto Total** n. **029/2024**, de autoria do **Executivo Municipal**, ao **Projeto de Lei** n. **600/2021**, o vereador **Capitão Carpê**. Após, foi **mantido**, com os votos **contrários** dos vereadores **William Alemão**, **Capitão Carpê**, **Lissandro Breval**, **João Carlos**, **Prof.^a Jacqueline**, **Raiff Matos**, **Diego Afonso**, **Bessa**, **Glória Carratte**, **Éverton Assis**, **Jaildo Oliveira**, **Marcelo Serafim**, **Ivo Neto**, **Rodrigo Guedes** e **Thaysa Lippy**, o **Veto Total** n. **029/2024**, de autoria do **Executivo Municipal**, **capeado** pela **Mensagem** n. **077/2024**, ao **Projeto de Lei** n. **600/2021**, de autoria do vereador **Capitão Carpê**, que “**Institui** a Campanha Permanente de Conscientização da Depressão Infantil e na Adolescência no âmbito do município de Manaus, e dá outras providências”. O **Presidente** registrou a presença, no plenário, do vereador eleito, **Sérgio Baré**, dando-lhe boas-vindas. Foi **mantido**, com o voto **contrário** do vereador **Bessa**, o **Veto Total** n. **030/2024**, de autoria do **Executivo Municipal**, **capeado** pela **Mensagem** n. **78/2024**, ao **Projeto de Lei** n. **423/2023**, de autoria do vereador **Eduardo Assis**, que “**Dispõe** sobre o projeto de distribuição de fraldas descartáveis para pais de baixa renda no município de Manaus”. Foi **aprovado** o **Parecer Favorável** da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao **Projeto de Lei** n. **371/2022**, de autoria do vereador **Daniel Vasconcelos**, que “**Dispõe** sobre a criação de pontos fixos estratégicos para o recebimento de roupas usadas, descartadas de forma individualizada ou pela indústria têxtil, no município de Manaus, e dá outras providências”. O supracitado projeto **seguiu** à Comissão de Turismo, Indústria, Comércio, Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda. Foi **aprovado** o **Parecer Favorável** da Comissão de Constituição, Justiça e Redação à **Emenda 01** ao **Projeto de Lei** n. **214/2023**, de autoria do vereador **Bessa**, subscrito pelo vereador **Éverton Assis**, que “**Dispõe** sobre a fixação de cartazes explicativos que demonstrem a aplicação da Manobra de Heimlich em restaurantes, bares, lanchonetes, praças de alimentação de shopping centers e estabelecimentos similares”. O supracitado projeto **seguiu** à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi **aprovado** o **Parecer Favorável** da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao **Projeto de Lei** n. **412/2023**, de autoria do vereador **Kennedy Marques**, que “**Dispõe** sobre a circulação e permanência de animais em praias e balneários do município de Manaus”. O supracitado projeto **seguiu** à Comissão de Agricultura e Política Rural. Foi **aprovado** o **Parecer Favorável** da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao **Projeto de Lei** n. **098/2024**, de autoria do vereador **Capitão Carpê**, que “**Dispõe** sobre a inclusão de informações sobre os

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
Manaus – AM / CEP: 69027-020
Tel.: 3303-xxxx
www.cmm.am.gov.br



sintomas do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na carteira de vacinação, e dá outras providências”, com o pedido de **subscrição** dos vereadores **Elan Alencar, Raiff Matos e Marcel Alexandre**. O supracitado projeto **seguir** à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi **aprovado** o **Parecer Favorável** da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao **Projeto de Lei n. 283/2024**, de autoria do vereador **Mitoso**, que “**Institui** nas escolas da rede municipal de ensino de Manaus a campanha permanente ‘Trote não é brincadeira’”, com o pedido de **subscrição** dos vereadores **Wallace Oliveira, Elan Alencar, Yomara Lins, Raiff Matos e Marcel Alexandre**. O supracitado projeto **seguir** à Comissão de Educação. Foi **aprovado** o **Parecer Favorável** da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao **Projeto de Lei Complementar n. 009/2023**, de autoria do vereador **Jander Lobato**, que “**Acrescenta** os incisos XXIII e XXIV ao Art. 51-A da Lei Ordinária n. 605, de 24 de julho de 2001, que Institui o Código Ambiental do Município de Manaus, e dá outras providências”. O supracitado projeto **seguir** à Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia. Foi **aprovado** o **Parecer Favorável** da Comissão de Defesa do Consumidor ao **Projeto de Lei n. 303/2024**, de autoria do **Executivo Municipal, capeado** pela **Mensagem n. 25/2024**, que “**Institui** o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON e o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUMDECON, e dá outras providências”. O supracitado projeto foi **aprovado**, em **primeira discussão**, e **retornou** às **Comissões**, em **razão de Emenda**. Foi **aprovado** o **Parecer Favorável** da Comissão de Assuntos Sociocomunitários e Legislação Participativa ao **Projeto de Lei n. 420/2024**, de autoria do vereador **Marcelo Serafim**, que “**Considera** de Utilidade Pública o Instituto Sarça Ardente”. O supracitado projeto foi **aprovado**, em **primeira discussão**, e **seguir** à **segunda discussão**, na **forma da lei**. Foi **aprovado** o **Parecer Favorável** da Comissão de Assuntos Sociocomunitários e Legislação Participativa ao **Projeto de Lei n. 434/2024**, de autoria da vereadora **Thaysa Lippy**, que “**Considera** de Utilidade Pública o Instituto Social Ajudar É +”. O supracitado projeto foi **aprovado**, em **primeira discussão**, e **seguir** à **segunda discussão**, na **forma da lei**. **Discutiu** os **Pareceres Favoráveis** das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e de Finanças, Economia e Orçamento ao **Projeto de Lei n. 467/2024**, o vereador **Rodrigo Guedes**. Após, foram **aprovados**, com os votos **contrários** dos vereadores **William Alemão, Capitão Carpê, Raiff Matos, Ivo Neto e Rodrigo Guedes**, os **Pareceres Favoráveis** das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e de Finanças, Economia e Orçamento ao **Projeto de Lei n. 467/2024**, de autoria da **Mesa Diretora**, que “**Estabelece** os subsídios dos Vereadores para a 19.^a Legislatura, período de 2025 a 2028, e dá outras providências”. **Discutiram** o **Projeto de Lei n. 467/2024**, em **primeira discussão**, os vereadores **William Alemão, Rodrigo Guedes, Gilmar Nascimento e Sassá da Construção Civil**. O supracitado projeto foi **aprovado**, em **primeira discussão**, com os votos **contrários** dos vereadores **Ivo Neto, Rodrigo Guedes, Raiff Matos, Capitão Carpê e William Alemão**, e **seguir** à **segunda discussão**, na **forma da lei**. **Discutiram** os **Pareceres Favoráveis** das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e de Finanças, Economia e

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
Manaus – AM / CEP: 69027-020
Tel.: 3303-xxxx
www.cmm.am.gov.br



Orçamento à **Emenda 01** ao **Projeto de Lei n. 468/2024**, os vereadores **Rodrigo Guedes, Gilmar Nascimento e William Alemão**. Após, foram **aprovados**, com os votos **contrários** dos vereadores **William Alemão, Capitão Carpê, Lissandro Breal, Raiff Matos, Rodrigo Guedes e Ivo Neto**, os **Pareceres Favoráveis** das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e de Finanças, Economia e Orçamento à **Emenda 01** ao **Projeto de Lei n. 468/2024**, de autoria da **Mesa Diretora**, que “**Estabelece** os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Subsecretários Municipais para o período de 2025 a 2028, e dá outras providências”. **Discutiram** o **Projeto de Lei n. 468/2024**, em **primeira discussão**, os vereadores **William Alemão, Rodrigo Guedes e Caio André**. A **seguir**, o supracitado projeto foi **aprovado**, em **primeira discussão**, com os votos **contrários** dos vereadores **William Alemão, Capitão Carpê, Raiff Matos, Rodrigo Guedes e Ivo Neto**, e **seguiu à segunda discussão**, na forma da lei. Foram **aprovados** os **Pareceres Favoráveis** das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e de Finanças, Economia e Orçamento ao **Projeto de Lei n. 474/2024**, de autoria da **Mesa Diretora**, que “**Concede** revisão salarial aos servidores públicos da Câmara Municipal de Manaus, com base no Art. 37, X da Constituição Federal”. **Discutiu** o **Projeto de Lei n. 474/2024**, o vereador **Rodrigo Guedes**. O supracitado projeto foi **aprovado**, em **primeira discussão**, e **seguiu à segunda discussão**, na forma da lei. Foi **aprovado**, em **segunda discussão**, e **seguiu à sanção do Prefeito**, o **Projeto de Lei n. 403/2023**, de autoria do vereador **Roberto Sabino**, que “**Altera** o § 2.º do Art. 11 da Lei n. 1.242, de 8 de maio de 2008, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, estabelece normas para sua adequada aplicação, e dá outras providências”. **Discutiram** o **Projeto de Lei n. 113/2023**, em **segunda discussão**, os vereadores **Marcelo Serafim e Prof.ª Jacqueline**, tendo a **segunda**, pedido **subscrição à matéria**. A **seguir**, foi **concedido** o **pedido de vista**, solicitado pelo vereador **Marcelo Serafim**, ao **Projeto de Lei n. 113/2023**, de autoria do vereador **William Alemão**, subscrito pelo vereador **Caio André**, que “**Revoga** a Lei n. 2.210, de 13 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a admissão de diplomas de pós-graduação stricto sensu emitidos por instituições de ensino superior (IES) regulares de países-membros do Mercosul e Portugal, e dá outras providências”, com o pedido de **subscrição** da vereadora **Prof.ª Jacqueline**. Foi **aprovado**, em **segunda discussão**, e **seguiu à sanção do Prefeito**, o **Projeto de Lei n. 181/2024**, de autoria do vereador **Márcio Tavares**, que “**Dispõe** sobre declarar cidades-irmãs Shenzhen, metrópole chinesa e o município de Manaus”. Foi **aprovado**, em **segunda discussão**, e **seguiu à sanção do Prefeito**, o **Projeto de Lei n. 363/2024**, de autoria do **Executivo Municipal**, capeado pela **Mensagem n. 47/2024**, que “**Altera** a Lei n. 601, de 02 de julho de 2001, e dá outras providências”. Após, em **Questão de Ordem**, a vereadora **Prof.ª Jacqueline** solicitou que fosse desconsiderado o seu pedido de subscrição ao Projeto de Lei n. 113/2023, de autoria do vereador William Alemão. O **Presidente** informou a vereadora para formalizá-lo. Após, foram **aprovados**, em **segunda discussão**, e **seguiram à sanção do Prefeito** os seguintes projetos: **Projeto de Lei n. 409/2024**, de autoria do **Executivo Municipal**, capeado pela **Mensagem n.**

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
Manaus – AM / CEP: 69027-020
Tel.: 3303-xxxx
www.cmm.am.gov.br



57/2024, que “**Altera** a Lei n. 597, de 8 de junho de 2021, e dá outras providências”; **Projeto de Lei n. 410/2024**, de autoria do **Executivo Municipal**, **capeado** pela **Mensagem n. 58/2024**, que “**Altera** a Lei n. 1.229, de 2 de abril de 2008, e dá outras providências”; **Projeto de Lei n. 411/2024**, de autoria do **Executivo Municipal**, **capeado** pela **Mensagem n. 59/2024**, que “**Altera** a Lei n. 597 de 8 de junho de 2001, e dá outras providências”; **Projeto de Lei n. 412/2024**, de autoria do **Executivo Municipal**, **capeado** pela **Mensagem n. 60/2024**, que “**Altera** a Lei n. 2.982 de 16 de dezembro de 2022, e dá outras providências”; **Projeto de Lei n. 424/2024**, de autoria do **Executivo Municipal**, **capeado** pela **Mensagem n. 62/2024**, que “**Altera** a Lei n. 601, de 02 de julho de 2001, e dá outras providências”; **Projeto de Lei n. 445/2024**, de autoria do **Executivo Municipal**, **capeado** pela **Mensagem n. 67/2024**, que “**Altera** a Lei n. 1.229, de 02 de abril de 2008, e dá outras providências”; e o **Projeto de Lei n. 446/2024**, de autoria do **Executivo Municipal**, **capeado** pela **Mensagem n. 68/2024**, que “**Altera** a Lei n. 1.229, de 02 de abril de 2008, e dá outras providências. Continuando, foram **aprovadas** as **Moções n. 397/ e 398/2024**; e **aprovada**, ainda, com **pedido** de **destaque**, a **Moção n. 399/2024**, de autoria do vereador **Isaac Tayah**, de “**Parabenização** ao senador Carlos Eduardo de Souza Braga, pela passagem do seu aniversário, celebrado em seis de dezembro”, com o pedido de **subscrição** dos vereadores **Raulzinho**, **Wallace Oliveira**, **Marcel Alexandre**, **Fransuá**, **Roberto Sabino**, **Kennedy Marques**, **Prof. Samuel**, **Alonso Oliveira**, **Rosinaldo Bual**, **David Reis**, **Mitoso** e **Elan Alencar**. **Discutiu** o **Requerimento n. 16.624/2024**, o vereador **William Alemão**, tendo este, solicitado votação em painel. O **Presidente** informou que a votação da matéria seria feita de forma convencional, tendo em vista que a técnica não havia conseguido alinhar a votação no painel eletrônico. Após, foi **rejeitado**, com **vinte** votos **contrários**, o **Requerimento n. 16.624/2024**, de autoria do vereador **William Alemão**. **Discutiram** o **Requerimento n. 16.687/2024**, os vereadores **Capitão Carpê** e **Raulzinho**, tendo o **primeiro**, solicitado a votação no painel eletrônico; e o **segundo**, encaminhado à base voto **favorável** à **matéria**. Após, foi **aprovado** o **Requerimento n. 16.687/2024**, de autoria do vereador **Capitão Carpê**. **Pela Ordem**, o vereador **William Alemão** pediu a reconstituição de quórum. Em atendimento à solicitação do vereador William Alemão, o **Presidente** fez a reconstituição de quórum e constatando quórum regimental, deu continuidade aos trabalhos. Foi **aprovado** o **Requerimento n. 16.587/2024**, de autoria do vereador **Capitão Carpê**. Em **Questões de Ordem**, os vereadores **Joelson Silva** e **Eduardo Alfaia**, questionaram a votação da supracitada matéria. O **Presidente** atestou a lisura da votação e comunicou que se tratava de matéria vencida. Em **Questão de Ordem**, o vereador **Mitoso**, em razão da dúvida sobre a supracitada votação, pediu ao Presidente que esclarecesse se havia alguma regulamentação no Regimento Interno sobre o tempo para uma votação. O **Presidente** comunicou que todos eram sabedores de que não havia estipulado um tempo para uma votação no Regimento Interno, tendo informado, novamente, tratar-se de matéria vencida. **Pela Ordem**, o vereador **Rodrigo Guedes** corroborou a informação do Presidente Caio André e acrescentou que, nos últimos quatros anos, nenhuma votação havia

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo
Manaus – AM / CEP: 69027-020
Tel.: 3303-xxxx
www.cmm.am.gov.br



retornado após o anúncio do resultado, para que fosse apreciada novamente. Constatando o término do horário regimental, o **Presidente** prorrogou a sessão até à finalização dos trabalhos. **Manifestaram-se**, ainda, em relação ao supracitado assunto, os vereadores **Capitão Carpê**, **Eduardo Alfaia** e **William Alemão**. **Pela Ordem**, o vereador **Elan Alencar** comunicou que votou contra a matéria ora discutida. **Nada mais havendo a tratar**, o **Presidente encerrou** a sessão às doze horas e seis minutos. E, para que conste, eu,
(Ana Maria Rocha Veiga), lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus.

Caio André Pinheiro de Oliveira
Presidente

Yomara Jesuína Lins Rodrigues
Primeira Vice-Presidente

João Carlos dos Santos Mello
Secretário-Geral

Éverton Assis dos Santos
Segundo Vice-Presidente

Carmem Glória Almeida Carratte
Primeira Secretária

Lissandro Breval Santiago
Terceiro Vice-Presidente

Jaildo de Oliveira Silva
Segundo Secretário

Rosivaldo Oliveira Cordovil
Corregedor Geral

Ivo Santos da Silva Neto
Terceiro Secretário

Francisco Carpegiane Veras de Andrade
Ouvidor-Geral

Ana Maria Rocha Veiga
Chefe do SeATA



PODER LEGISLATIVO

ASSINATURAS DIGITAIS

EVERTON ASSIS DOS SANTOS - 445.757.002-82 - VEREADOR(A) - EM 20/12/2024 16:25:36
CARMEM GLORIA ALMEIDA CARRATTE - 115.263.602-25 - VEREADOR(A) - EM 20/12/2024 13:24:15
LISSANDRO BREVAL SANTIAGO - 510.050.422-68 - VEREADOR(A) - EM 20/12/2024 12:23:09
CAIO ANDRE PINHEIRO DE OLIVEIRA - 641.056.792-87 - PRESIDENTE - EM 19/12/2024 11:11:44
JOAO CARLOS DOS SANTOS MELLO - 074.890.987-77 - VEREADOR(A) - EM 19/12/2024 09:56:33
FRANCISCO CARPEGIANE VERAS DE ANDRADE - 715.424.852-15 - VEREADOR(A) - EM 19/12/2024 09:35:16
ANA MARIA ROCHA VEIGA - 634.586.752-72 - TÉCNICO(A) EM TAQUIGRAFIA - EM 18/12/2024 16:30:40